

O CURRÍCULO E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL NA ESCOLA REGULAR

*Débora Cerqueira de Souza e Sousa**

RESUMO — *O presente trabalho resultou de uma pesquisa cujo objetivo foi identificar as possibilidades de adaptação curricular para o atendimento da pessoa com deficiência mental na escola regular. No bojo das discussões sobre inclusão educacional e respeito às diferenças, a questão curricular ainda é um grande impasse na inclusão educacional. Assim, a investigação foi desenvolvida através da pesquisa bibliográfica, a qual permitiu encontrar nas entrelinhas possibilidades de adaptação curricular para trabalhar com o educando que possui a deficiência mental. A análise foi feita a partir dos estudos que discutem o currículo escolar considerando as especificidades da pessoa com deficiência. A pesquisa evidencia a complexidade do processo educativo dessas pessoas frente às características específicas da deficiência e aponta possibilidades de adaptação curricular.*

PALAVRAS CHAVE: *Deficiência mental. Adaptação curricular. Inclusão.*

INTRODUÇÃO

Por muito tempo as pessoas com deficiência eram vistas apenas como pacientes da área médica e o tratamento que lhes era dado acontecia em instituições especializadas, não havendo um trabalho paralelo entre as escolas especiais e regulares. Com relação às pessoas com deficiência mental (DM), estas eram consideradas incapazes de aprender, eram rotuladas e denominadas de idiotas, imbecis, cretinos, anormais, excepcionais, treináveis e educáveis ao longo dos séculos (CASTRO, 2006). A

*Graduação em Pedagogia (UEFS). Especialização em Educação Especial (UEFS). E-mail: deboraxsouza@yahoo.com.br.

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Educação (DEDU). Tel./Fax (75) 3161-8084 - Av. Transnordestina, S/N, Módulo IV - Novo Horizonte - Feira de Santana/BA – CEP 44036-900. E-mail: educacao.uefs@gmail.com.

partir de estudos e discussões sobre a deficiência mental, muitos estigmas foram superados chegando-se à compreensão de que a pessoa com DM possui diferentes ritmos de desenvolvimento e maturação, conseqüentemente é capaz de aprender.

Essa concepção em relação à deficiência ganhou uma consistência maior com a proposta de inclusão da Declaração de Salamanca, definida em 1994 na Espanha durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, que teve como referência a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos em Jomtien na Tailândia em 1990. A Declaração de Salamanca constitui-se em um dos documentos mais importantes para o paradigma inclusivo desde sua sistematização, pois reafirma o direito de inclusão e intensifica o compromisso com a Educação para Todos, definindo políticas, princípios e ações que norteiam a educação da pessoa com deficiência na escola regular.

Desde então várias medidas foram tomadas pelos órgãos responsáveis na condução de políticas educacionais na área de educação especial. No Brasil, após a Declaração de Salamanca, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 9 394/96 que reafirma o espaço preferencial do atendimento educacional aos estudantes com necessidades educacionais especiais - nee - nas escolas da rede de ensino regular. Portanto, os discursos em defesa da não discriminação/ segregação dos alunos com necessidades especiais remetem a uma proposta de educação inclusiva, na qual todos os sujeitos têm direito ao ensino.

A partir desses subsídios legais, tem-se buscado incluir os alunos com nee em decorrência de deficiências nas escolas regulares. No entanto, a inclusão não implica apenas colocar o educando com necessidade educativa especial nesses espaços. Vale lembrar, nessa direção, que a flexibilidade do currículo ainda é um grande desafio na inclusão desses alunos. Incluímos nessa discussão as pessoas com deficiência mental, para as quais as escolas regulares demonstram dificuldades em adaptar seus currículos de maneira que venham favorecer a aprendizagem desses estudantes.

A literatura, respaldada em parâmetros legais, discute a inclusão educacional e sinaliza a necessidade de adaptações

curriculares para a eficiência deste processo. No entanto, não há registros de como se efetivam essas adaptações para atender ao educando com a deficiência mental inserido em sala de aula regular.

A ausência de estudos mais específicos sobre essa questão instigou a nossa busca pela compreensão de como devem ser as adaptações curriculares para incluir a pessoa com deficiência mental na escola regular. Desse modo, lançamos um olhar para esta questão através de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Esse tipo de pesquisa nos permitiu analisar de forma exaustiva os materiais já publicados acerca do tema como, livros, artigos de periódicos e textos disponibilizados na internet. A pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de facilitar a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 2002).

Embora a literatura não traga de forma específica as adaptações curriculares para a pessoa com deficiência mental, é vasto o número de divulgações que retratam experiências positivas no contexto da sala de aula. Assim, a análise dos trabalhos que abordam o tema permitiu a construção de um quadro teórico e a estruturação conceitual que deu suporte ao desenvolvimento da pesquisa.

A proposta de uma educação para todos é garantida por lei e concretiza a chamada educação inclusiva. Essa discussão acerca da inclusão escolar remete a questões que envolvem a construção de uma estrutura social e educacional que possibilite o atendimento à diversidade. No entanto, para que a escola torne-se inclusiva, é inevitável perpassar pelo estabelecimento de políticas curriculares que atendam a necessidade de todos. Entretanto, sabemos que a própria incompreensão das implicações do currículo para efetivação da inclusão dificulta a possibilidade de organização de uma proposta que contemple as especificidades dos educandos no espaço escolar.

Não podemos perder de vista a necessidade de organização do currículo que deve estar em estreita conexão com a concepção de aprendizagem que direciona a prática docente. Sendo assim,

Sitientibus, Feira de Santana, n. 45, p.65-79, jul./dez. 2011

a concepção assumida acerca do currículo poderá implicar de forma decisiva no processo educativo e conseqüentemente no processo de inclusão educacional.

CARACTERÍSTICAS DA APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DM: PISTAS PARA A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A pessoa com deficiência mental é vítima do descrédito por não atender aos padrões de “normalidade” tanto no contexto social como educacional. Certamente fugir desse padrão estabelecido pela sociedade significa também estar fora das oportunidades que esta oferece.

A própria definição de Deficiência Mental assumida pela AAMR (Associação Americana de Retardo Mental) evidencia que,

[...]a deficiência mental refere-se a limitações substanciais no desenvolvimento corrente. Caracteriza-se por um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, que ocorre juntamente com limitações associadas em duas ou mais das seguintes áreas de habilidades adaptativas possíveis: comunicação, cuidado pessoal, vida doméstica, habilidades sociais, utilização da comunidade, autogoverno, saúde e segurança, habilidades acadêmicas funcionais, lazer e trabalho (FIERRO, 2004 p. 195).

Essa também é uma definição assumida pela Política de Educação de Educação Especial que, segundo Carneiro (2006 p.141) “desconsidera as interações sociais que constituem os homens e as mulheres, lidando apenas com características individuais, como se a deficiência estivesse localizada nas pessoas e não a partir das relações que se estabelecem com elas”. Como afirma a autora, essa visão da pessoa com DM contribui ainda mais para que se acentuem as limitações e o descrédito na potencialidade do indivíduo quando na verdade muitas das habilidades são conquistadas no decorrer do desenvolvimento através das relações que se estabelecem no contato com o outro, das vivências, das trocas de experiências mediante as interações sociais.

Sitientibus, Feira de Santana, n. 45, p.65-79, jul./dez. 2011

Diante disso, abre-se espaço para pensar nos déficits da pessoa com DM não como problema do indivíduo, mas sim como limitações construídas socialmente. Contudo, a visão de que a pessoa com deficiência mental possui dificuldade de ajustamento social e incapacidade para o conhecimento científico ainda está presente em muitos espaços sociais e educacionais. No entanto, como afirma Raiça, Prioste e Machado (2006, p. 29),

[...] as pessoas com deficiência mental não apresentam visão alterada de si mesmas nem da realidade; geralmente são amistosas, cooperativas, gostam de se comunicar e são capazes de tomar decisões, atendendo às responsabilidades que lhes são dadas de acordo com sua potencialidade.

Nessa perspectiva cabe pensarmos na pessoa com deficiência mental enquanto ser inserido em um contexto social que pode ter suas limitações ampliadas ou reduzidas. Contudo, as pessoas com DM possuem algumas características que influenciam no seu processo de aprendizagem e conseqüentemente demandam maior atenção nas práticas pedagógicas. Conforme Mantoan (1992), as pessoas com deficiência mental apresentam limitações no processo intelectual, que as tornam demandantes de uma ação educativa adequada para que as estruturas cognitivas sejam organizadas. A pessoa com DM possui um ritmo de aprendizagem diferenciado, sendo este ritmo mais lento em relação às demais pessoas da mesma faixa etária, por isso precisa de um tempo maior para realização das atividades.

Batista e Mantoan (2007, p.22) reiteram que “a pessoa com Deficiência Mental encontra inúmeras barreiras nas interações com o meio para assimilar as propriedades físicas do objeto de conhecimento, como por exemplo: cor, forma, textura, tamanho e outras características retiradas diretamente desse objeto”. Segundo as autoras essas dificuldades ocorrem devido ao prejuízo no funcionamento, na estruturação e na construção do conhecimento, de modo que a pessoa com DM não consegue abstrair informações e construir conceitos espontaneamente.

Sitientibus, Feira de Santana, n. 45, p.65-79, jul./dez. 2011

Com isso é preciso ter clareza dos objetivos do que é proposto para o educando com deficiência mental, pois os desafios necessitam estar coerentes com o que o indivíduo é capaz de fazer seja sozinho ou através das diferentes formas de mediação. Através da mediação é possível trabalhar a abstração da pessoa com DM, para que consiga interiorizar o conhecimento e fazer uso dele oportunamente.

A dificuldade de memória é outra característica intelectual da pessoa com DM. Segundo Mantoan (2007, p. 22)

[...]além dos problemas de generalização das aprendizagens, as pessoas com Deficiência Mental revelam um subfuncionamento da memória. As estratégias mnemônicas dependem da capacidade de retenção e esta é estimulada por repetição, imagem mental, categorizações e outras”.

No entanto, a autora salienta que esses exercícios intelectuais não devem ocorrer mecanicamente, sendo interessante investir em intervenções para retenção de fatos e objetos.

Segundo Vygotsky e Luria (1996), esta dificuldade de memória está relacionada à capacidade de utilizar racionalmente suas funções naturais e utilizar os dispositivos culturais para ajudar na memória. Com isso, diferente da criança sem o déficit cognitivo, a pessoa com deficiência mental tem dificuldades de imaginar e utilizar espontaneamente dispositivos artificiais para internalizar conceitos mesmo estando estes à sua disposição.

Nessa perspectiva, as intervenções poderão favorecer de forma decisiva no desenvolvimento da pessoa com deficiência mental. Nesse sentido Voivodic (2004 p.17), afirma que “a inteligência das crianças com deficiência mental apresenta certa plasticidade ao reagir satisfatoriamente à socialização adequada do meio”. Isso porque o cérebro possui capacidade para modificar sua organização estrutural e funcional, assumindo parte ou totalmente funções de áreas lesadas.

Para Caputo e Ferreira (2003 p. 98) “a idéia de modificabilidade cognitiva concebe a inteligência como um processo interacional, flexível, plástico, dinâmico e auto-regulado”. Por isso, torna-se necessário perceber esses indivíduos em sua

totalidade. Daí porque a educação desempenha um importante papel para o desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência mental.

Outro aspecto destacado no processo de aprendizagem do educando com déficit mental refere-se à linguagem escrita. Segundo Voivodic (2004), as crianças com DM elaboram esquemas de interpretação da linguagem escrita e passam pelos mesmos conflitos cognitivos na representação da escrita que as crianças sem a deficiência .

Num estudo sobre a constituição do sujeito simbólico, comprometido pela deficiência mental, Padilha (2000) aponta que alguns aspectos do desenvolvimento do ponto de vista neurológico anunciam esta deficiência, ao tempo em que também mostra limitações que podem ser superadas. Nesse contexto discursivo, a autora chama a atenção para o fato de que o funcionamento simbólico não tem sido privilegiado nas atividades desenvolvidas para a pessoa com deficiência. Com isso deixa-se de lado um aspecto fundamental na construção do conhecimento.

Na constituição do sujeito simbólico, o gesto, a dramatização, o desenho e o jogo favorecem de forma significativa o desenvolvimento. “O jogo é uma das esferas do simbólico, é uma das manifestações culturais” (PADILHA, 2000 p. 08) e representa um papel importantíssimo, na vida da pessoa com Deficiência Mental, uma vez que envolve regras e objetivos, possibilita a brincadeira, a competição, amplia as possibilidades de interação. Glat (2006), nesse mesmo itinerário teórico, também apresenta o jogo como uma alternativa metodológica interessante por possibilitar a construção do conhecimento através do lúdico e de trocas sociais, que estimulam o desenvolvimento cognitivo, social e moral.

De acordo com Pinto e Góes (2006), o imaginário representa uma função de imensa importância para o desenvolvimento por possibilitar a ampliação da experiência humana, abrangendo o que não pode ser visto e vivido pessoalmente, mas elaborado com base em relatos, descrições e imagens. Possibilita a ampliação e apropriação de acontecimentos, transpondo limites de espaço e tempo.

Assim, através dos jogos e brincadeiras amplia-se a capacidade de representação, de modo que possibilita a pessoa ir

além do concreto e explorar a imaginação. Pinto e Góes (2006) reiteram que

A imaginação inclui-se nas funções psíquicas superiores e torna possível a atividade criadora, marca específica do humano. Entrelaça-se à cognição, favorecendo a compreensão do mundo e a conceitualização do real. E permite, por outro lado, estabelecer uma liberdade frente ao real, podendo desdobrar-se em formas mais refinadas de fantasia ou devaneio e no estabelecimento de uma relação estética com a vida.

Nessa perspectiva, as atividades representativas simbólicas desempenham um papel de imensa importância na construção do desenvolvimento da pessoa com DM, levando em conta as possibilidades de interação, exploração e construção de significados. Para Vygotsky a brincadeira desempenha um importante papel no desenvolvimento, pois a criança aprende a atuar numa esfera cognitiva que depende de motivações internas (REGO, 1995). Com isso, a atuação no mundo imaginário possibilita imaginar, abstrair e estabelecer relação, dando significado e impulsionando os processos de desenvolvimento.

Em pesquisa realizada sobre as concepções de professores de educandos com deficiência mental, Marques (2000) constatou que os objetivos eram formulados e organizados para cumprir um programa curricular, não havendo qualquer relação com as reais dificuldades ou possibilidades de aprendizagem dos estudantes com DM. No mesmo estudo a autora refere-se às dificuldades docente em relação à avaliação dos educandos com tal especificidade.

Outra dificuldade apontada por algumas professoras, segundo Marques (2000), está relacionada ao tempo imposto pela instituição para cumprir os conteúdos e avaliações. Isso revela a necessidade de tempo diferenciado para o educando com DM, dada a dificuldade de acompanhar o mesmo ritmo de aprendizagem dos demais colegas que não possuem deficiência intelectual. Por não corresponder a esses padrões, poucos são os investimentos feitos para a pessoa com DM que, na

Sitientibus, Feira de Santana, n. 45, p.65-79, jul./dez. 2011

maioria das vezes, têm seu déficit ampliado em consequência das faltas de oportunidade. Sobre isso, Mantoan (1992) alerta que as trocas deficitárias entre o sujeito e o meio desde sua infância é que retardam e impossibilitam as pessoas com DM de conquistarem formas mais complexas do pensamento. Isso evidencia a necessidade da pessoa com Deficiência Mental interagir igualmente com o outro.

Conforme Batista e Enumo (2007), o desenvolvimento da aprendizagem e da língua depende da interação entre colegas através da imitação e da observação, principalmente através de brincadeiras de faz - de - conta. Com isso, torna-se fundamental as relações estabelecidas entre os grupos. Para Vygotsky, a trajetória do desenvolvimento humano é em parte, definida pelos processos de maturação do organismo individual, porém é a aprendizagem que impulsiona os processos internos do desenvolvimento a partir do contato do indivíduo com um determinado ambiente cultural (OLIVEIRA, 2002). Assim, as funções psicológicas que envolvem consciência, intenção e planejamento dependem dos processos de aprendizagem que ocorrerão a partir das relações interpessoais.

No entanto, é importante salientar que a dependência da interação com o outro não deve configurar em baixa expectativa quanto às brincadeiras da criança com deficiência mental. Na verdade deve motivar para a necessidade de um trabalho que privilegie o brincar, tendo em vista a importância dessa atividade para o desenvolvimento das funções simbólicas. Sabemos que a falta de interação muitas vezes são motivadas pelas barreiras sociais, visto que a sociedade tende a padronizar os indivíduos refletindo em expectativas negativas tanto da escola em relação ao educando como dele próprio em relação ao seu potencial. Assim, as barreiras a serem transpostas pelo educando com deficiência mental,

[...] parecem decorrentes não de seu déficit intelectual ou cognitivo, fundantes e não limitadores de seu desenvolvimento, (...) sim pelas barreiras, prioritariamente, decorrentes de sentidos sociais, embasados, fortemente, em uma tendência padronizadora de considerar os sujeitos (GOMES ; GONZALEZ REY 2008).

Dentre as várias formas que essa tendência é expressa, aparece através do currículo escolar, impedindo o desenvolvimento das potencialidades do educando e fazendo configurar-se no indivíduo o déficit secundário, trazendo ainda mais limitações e representações negativas acerca da deficiência. Como Gomes e Gonzalez Rey (2008) reiteram, torna-se claramente constatado que a efetivação do processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental deve enfatizar não mais um desenvolvimento delimitado com base em sua deficiência, mas sim, objetivar tanto a valorização de papéis individuais e sociais, quanto à consideração desses sujeitos construtores e constituintes de suas relações sociais.

A necessidade de quebrar essas barreiras que limitam o desenvolvimento da pessoa com DM tem levado a uma busca constante de ações que possam favorecer o desenvolvimento da aprendizagem de cada educando presente no espaço regular de ensino. Glat (2006, p.88) aponta algumas questões para reflexão e possibilidade de inclusão da pessoa com DM. Em primeiro lugar remete a relação idade de escolaridade, tendo em vista que a pessoa com deficiência mental geralmente tem o desenvolvimento cognitivo e social mais lento. Outra questão é que os alunos com DM só poderão participar do ensino regular com benefícios acadêmicos se houver a adoção de adaptações curriculares e de acessibilidade. O atendimento precisa estar contemplado no projeto político- pedagógico da escola até a avaliação individual do aluno. O planejamento deve ser flexível atentando as necessidades e ritmos de aprendizagem.

Como afirma Glat (2006, 89), “será necessário estabelecer para o aluno com deficiência mental novas metas a serem vencidas, em diferentes modos, que as colocadas para o restante da classe”, pois, embora o educando com DM tenha capacida-

de desenvolver as habilidades propostas, possui um ritmo diferenciado das demais.

Nessa perspectiva é fundamental que a escola e os docentes que atuam com pessoas com deficiência mental revejam muitos aspectos que dificultam a aprendizagem. Torna-se imprescindível que o indivíduo com deficiência seja visto levando em consideração suas especificidades. No entanto, essas especificidades devem servir para compreensão das necessidades e não para redução das oportunidades dadas a essas pessoas.

Nesse espaço, o professor precisa assumir uma postura reflexiva, com intervenções que trabalhem as diferenças e não enfatizem as desigualdades. Nesse viés o currículo, numa visão pós-crítica, é colocado como possibilidade de respeito à diversidade e singularidade da pessoa com deficiência.

POSSIBILIDADES DE ADAPTAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR PARA A PESSOA COM DM

A possibilidade de um currículo para atender a pessoa com deficiência mental na escola regular pressupõe a operacionalização de mudanças fundamentais que viabilizem as mesmas oportunidades de acesso e permanência, geralmente oferecidas para o educando que não possui deficiência cognitiva ou aparente. Nessa perspectiva, é fundamental compreender que adaptações do currículo são necessárias para que ocorra resposta na aprendizagem da pessoa com deficiência mental. Pimentel (2007 p. 36) aponta que

a partir das vivências cotidianas do currículo é possível traçar seus itinerários particulares, de modo que potencialize o aprender. Para isso, é necessário valorizar as referências individuais, prestar atenção às singularidades e estabelecer, a partir daí, alterações curriculares que favoreçam aprendizagens.

Com isso é imprescindível que as adaptações aconteçam tendo em vista as reais necessidades do educando, o que significa que determinada modificação no currículo nem sempre

Sitientibus, Feira de Santana, n. 45, p.65-79, jul./dez. 2011

irá contemplar qualquer pessoa com deficiência mental. Nessa perspectiva, é preciso ter clareza dos objetivos a serem alcançados, pois independente da existência da deficiência todo ser humano é singular.

Blanco (2004), seguindo esse caminho, ressalta que as adaptações curriculares fazem parte de um processo de tomada de decisões para cada criança no contexto concreto no qual ela está inserida. Assim, as adaptações não podem servir de receitas para realidades diferentes. No entanto é um meio pelo qual se possibilita realizar intervenções que favoreçam as potencialidades da pessoa com deficiência mental na escola regular.

Segundo Pimentel (2007), dentre os elementos de intervenção mediadora da aprendizagem escolar o currículo é entendido como o mais relevante elemento pedagógico, capaz de assegurar atividades significativas para favorecer as potencialidades da pessoa com DM.

Assim, tendo em vista as especificidades da pessoa com deficiência mental e a real necessidade de modificações no currículo que favoreçam sua aprendizagem este trabalho não tem a intenção de definir quais adaptações são ideais para a pessoa com DM, mas sim, apontar possibilidades que favoreçam o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência mental respeitando suas especificidades e limitações.

Desse modo, entendendo as adaptações curriculares como ajustes realizados no currículo que visam o respeito às diferenças individuais, suas adaptações correspondem em modificações organizativas nos objetivos, conteúdos, metodologias, e também nas organizações didáticas de tempo e escolha dos instrumentos de avaliação, de modo a assegurar a construção do conhecimento de todos os educandos.

Segundo Fierro (2004), as adaptações para alunos com deficiência mental precisam ter relação, com seus déficits em capacidade de caráter geral e básico. Esses déficits, no entanto, não dependem especificamente de recursos tecnológicos ou habilidades especializadas do educador, porém depende de escolhas metodológicas, estratégias didáticas e avaliativas para atender as necessidades do educando com deficiência mental.

Assim, as adaptações pensadas para a pessoa com deficiência mental pressupõem modificações significativas, a exemplo da substituição e/ou eliminação de conteúdos e critérios avaliativos. Para aquelas consideradas menos significativas, modificações que podem ser realizadas pelo docente no seu planejamento de aula, serão constituídas com pequenos ajustes dentro do contexto da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa de uma educação para todos pressupõe a igualdade de oportunidades para qualquer pessoa, independentemente de suas especificidades. Porém, a educação da pessoa com deficiência mental sempre esteve atrelada aos paradigmas que nortearam as discussões sobre que tipo de educação seria pertinente a essas pessoas, concomitantemente em conexão às concepções de ensino expressadas através do currículo escolar. Entretanto, tendo em vista os movimentos em busca do direito de igualdade e respeito às diferenças, tem-se buscado maior valorização das potencialidades dessas pessoas. É no bojo dessa discussão que se amplia a possibilidade da pessoa com deficiência mental para que esta participe de uma proposta educativa que promova o desenvolvimento de suas capacidades e conhecimentos fundamentais, tanto no âmbito pessoal como no seu convívio em sociedade. Esta proposta educativa é expressa no currículo escolar.

Com isso, a escola torna-se responsável por garantir uma educação diversificada que favoreça a igualdade de oportunidades para todos, sem discriminação e preconceitos, e que mediante as características e necessidades individuais sejam dadas as condições para o desenvolvimento e participação no processo educativo, uma vez que cada pessoa possui ritmo diferenciado, diferentes interesses e motivações que interferem no processo de aprendizagem.

Para atender a essas particularidades é fundamental que o currículo escolar seja reorganizado, sem perder de vista que algumas necessidades educativas são comuns a todos os educandos e, conseqüentemente, precisam ser compartilhadas e

vivenciadas pelo grupo. No entanto, existem outras necessidades que demandam um trabalho diferenciado para que sejam contempladas, o que envolve as adaptações curriculares, estratégias pedagógicas diferenciadas, utilização de recursos e materiais didáticos que contemplem as dificuldades dos educandos com deficiência.

THE CURRICULUM AND INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS IN REGULAR SCHOOLS

ABSTRACT — *This work resulted from a study aimed at identifying ways to adapt the educational curriculum to people with Learning Disabilities in regular schools. During the discussions about educational inclusion and respect differences, the in curricular issue, is still a major impasse in educational inclusion. The investigation was developed through the specific literature, which allowed us to find between the lines, possibilities to adapt curriculum the work with students who have Mental Disability. The analysis was based on studies that discuss the curriculum, taking into consideration the specificities of the disabled person. The research demonstrates the complexity of the educational process of those people in view of the specific characteristics of the disability and indicates possibilities of the curriculum adaptation.*

KEY WORDS: *Mental Disabilities. Curriculum Adaptation. Inclusion.*

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Deficiência Mental. In: GOMES, Adriana L. Limaverde [et al.]. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência mental**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BLANCO, Rosa. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, César; PALÁCIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Sitientibus, Feira de Santana, n. 45, p.65-79, jul./dez. 2011

CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso Carneiro. A deficiência Mental como produção social: de Itard à abordagem histórico-cultural. In: Baptista, Roberto; Beyer, Hugo Otto. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto alegre; Mediação, 2006.

CASTRO, Antonilma Santos Almeida. O atendimento educacional para a pessoa com deficiência mental na perspectiva da educação inclusiva: visão do contexto brasileiro. In: SANTOS, Marilda Carneiro (Org.). **Educação inclusiva em foco**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006.

FIERRO, Alfredo. Os alunos com deficiência mental. In: COLL, César; PALÁCIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GLAT, Rosana. Estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular. In: GLAT, Rosana (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007

GOMES, Claudia; GONZALEZ REY, Fernando Luis. Psicologia e inclusão: aspectos subjetivos de um aluno portador de deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília jan./abr. 2008. v.14, n.1. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413 Acesso em: 28 jul. 2009.

PIMENTEL, Susana Couto. **(Con)viver (com) a Síndrome de Down em Escola Inclusiva: mediação pedagógica e formação de conceitos**. 2007. 212 f. il. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TORRES GONZÁLEZ, José Antônio. **Educação e Diversidade: Bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Recebido em: 23/11/2011

Aprovado em: 06/12/2011

